



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Diretoria Executiva da Rede Paulo de Tarso apresenta-lhes a seguir o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos e orientações emanados dos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), mais especificamente as disposições da ITG 2002(R1) que trata de Entidades sem fins lucrativos.

INTRODUÇÃO

A Rede Paulo de Tarso é uma entidade privada, sem fins lucrativos, mantenedora das seguintes unidades:

Clinica de Transição Paulo de Tarso - Unidade Pampulha, localizada na região de Belo Horizonte, conta com 112 leitos, sendo 68 destinados ao Sistema Único de Saúde e 44 leitos para atendimentos aos convênios privados da saúde suplementar e particulares.

Clinica de Transição Suntor - Unidade Santa Lúcia, inaugurada em julho de 2024, a nova unidade de Clínica de Transição Suntor, localizada em região privilegiada da zona Sul de Belo Horizonte, conta com 60 leitos de apartamento premium explorando o potencial positivo de aumento da demanda por atendimentos especializados, destinados a clientes particulares e provenientes de convênios privados da saúde suplementar. Essa unidade conta com a expertise no trabalho adquirido ao longo das últimas décadas e com o valor agregado da marca **Rede Paulo de Tarso**. O projeto de expansão utiliza a estrutura organizacional administrativa existente na matriz de forma a permitir a otimização de processos e custos, com ganho de escala além do alinhamento estratégico e operacional.

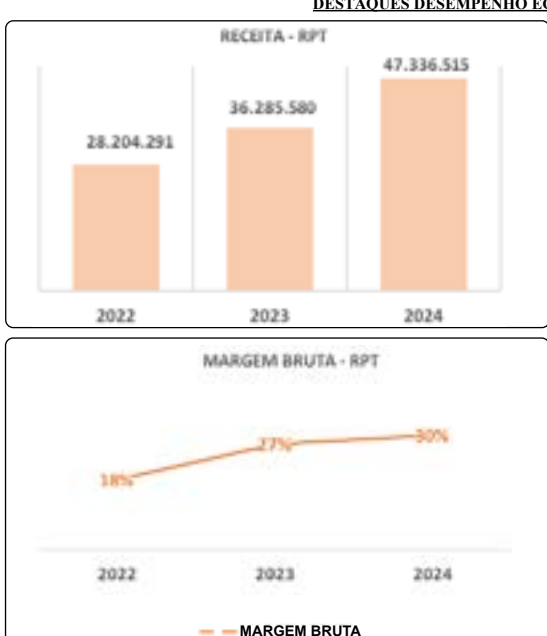
As unidades **Clinica de Transição Paulo de Tarso e Suntor** atuam na área de saúde em três linhas principais: reabilitação física, funcional, funcional, cuidados continuados e cuidados paliativos), funcionando como elo complementar aos serviços hospitalares tradicionais não concebidos para esta finalidade. O foco está voltado para garantir uma maior autonomia, maior independência e com isso uma maior qualidade de vida ao paciente, para seguirem de forma segura após a alta hospitalar. Além de oferecer os melhores desfechos clínicos proporcionados pela intensidade de cuidados, o modelo assistencial da Clínica de Transição gera grande economicidade financeira ao sistema de saúde através da redução do tempo de permanência de pacientes pós-agudo oriundos dos hospitais gerais, maior garantia de uma transição segura para o domicílio e consequente redução de judicializações na saúde com uma efetiva gestão de risco.

Além das unidades de Clínica de Transição, a Rede Paulo de Tarso conta ainda com o **Instituto de Promoção ao Ensino e Cuidados Inclusivos (IPECI)** localizado na cidade de Parapoeba/MG, é um projeto social que recebe gratuitamente cerca de 206 crianças carentes com necessidades especiais e portadoras de síndromes raras e suas famílias através de atividades de assistência social, educação e saúde, de acordo com o critério da universalidade do atendimento.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2024 a Rede Paulo de Tarso iniciou seu terceiro ciclo de Planejamento Estratégico - PE 2024-2028, o PE foi desenvolvido de forma participativa envolvendo as lideranças da instituição. Foram realizadas avaliações internas e externas, análise de cenários e definição de metas e indicadores de desempenho, que guiarão as ações da instituição nos próximos anos. Além disso, foram identificados os principais desafios e oportunidades que a Rede enfrenta, com a necessidade de aprimorar a gestão de custos e otimizar processos, garantir a qualidade e segurança assistencial, fortalecer parcerias e ampliar a presença no mercado. Para isso, foi elaborado um plano de ação detalhado, com responsáveis, prazos e metas claras, que serão acompanhadas e monitoradas regularmente.

A inovação é um dos pilares do PE da Rede Paulo de Tarso, que busca constantemente novas formas de otimizar a prestação de serviços e melhorar a experiência do cliente. A instituição investe em tecnologias e boas práticas de gestão, buscando sempre a excelência e a eficiência em seus processos. Assim, a Rede Paulo de Tarso se diferencia no mercado não apenas pelos serviços prestados, mas pela sua capacidade de gestão e inovação, que a tornam referência no setor da saúde. Com um Planejamento Estratégico alinhado com as necessidades e desafios da instituição, a Rede Paulo de Tarso está preparada para enfrentar os próximos anos com sucesso e continuar agregando valor à sociedade.

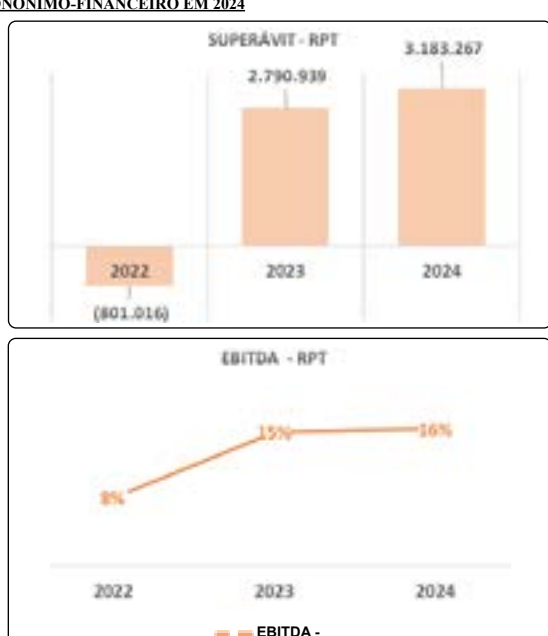


INVESTIMENTOS

Em 2024, a Rede Paulo de Tarso manteve sua política de investimentos, aplicando R\$ 19,6 milhões. Deste montante, R\$ 16,4 milhões foram destinados à implantação da moderna Clínica de Transição Suntor, que iniciou suas atividades em 15 de julho de 2024. Este financiamento foi obtido através de uma combinação de recursos próprios, de instituições financeiras e apoio de mutuantes privados. Adicionalmente, foram

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM 2024

A Rede Paulo de Tarso apresentou um superávit de R\$3,1 milhões em 2024, um aumento de 14% em relação ao superávit de R\$2,7 do ano de 2023. O resultado bruto maior em 14%, ou R\$4,1 milhões, passando de R\$9,9 milhões em 2023 para R\$14 milhões em 2024. A receita no período aumentou 30% ou R\$11 milhões, enquanto o custo operacional teve um aumento de 26%, ou R\$6,9 milhões, evidenciando os resultados positivos das ações adotadas para aumento da receita, taxa de ocupação e diversificação das fontes pagadoras de convênios privados, o que se refletiu nos resultados.



investidos R\$ 1,8 milhões na Clínica de Transição Paulo de Tarso para melhorias de infraestrutura, visando atender com excelência as exigências do mercado, principalmente aos clientes das operadoras de planos de saúde privados. Também foram investidos R\$ 1,4 milhões no projeto de modernização das instalações do Instituto de Promoção ao Ensino e Cuidados Inclusivos (IPECI), com recursos provenientes de parceria do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG).

BALANÇO PATRIMÔNIAL - (RS1)	
ATIVO	Exercício findo em 31.12.2024 31.12.2023
CIRCULANTE	
Dinabilidade de caixa e banco (nota 4).....	4.897.407 3.092.421 **
Aplicações financeiras vinculadas (nota 5).....	3.689.509 4.755.737 **
Clientes e convênios (nota 6a).....	6.513.350 3.524.326
Estoque (nota 3e e 7).....	1.251.702 854.464
Outros passivos circulante.....	1.905.379 1.251.234
Outras operações a receber.....	490.819 699.179 **
18.748.166 14.177.361	
NÃO CIRCULANTE	
Realizável a Longo Prazo	
Depósitos judiciais.....	9.540 4.001
Processos cíveis a receber (Nota 3b).....	881.258 811.522
Bens disponíveis para venda (Nota 3j).....	8.340.415 8.340.415
Despesas a apropriar LP.....	- 19.500
9.231.213 9.175.438	
Intangível (nota 8).....	49.751.699 31.717.257
Intangível (nota 9).....	530.335 585.781
50.282.034 32.303.038	
TOTAL DO ATIVO.....	78.261.413 55.655.837

** Reclassificado para melhor análise comparativa.

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
PASSIVO	Exercício findo em 31.12.2024 31.12.2023
CIRCULANTE	
Fornecedores.....	1.454.154 1.316.048
Impostos e contribuições.....	473.785 423.781
Obrigações com pessoal.....	2.604.551 2.035.119
Honorários médicos a repassar.....	623.470 186.037
Outros passivos circulante.....	396.675 103.317
Emprestimos financeiros (nota 10).....	4.929.724 3.298.705
Convênios em execução (nota 12).....	2.887.775 4.779.965
Subvenções govern. a realizar (nota 13).....	280.225 151.666
13.650.359 12.294.639	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Emprestimos financeiros (nota 10).....	24.959.271 11.264.065
Empréstimos de mútuos (nota 11).....	7.124.057 3.303.885
Provisões contingências judiciais (nota 3j).....	326.928 836.870
Subvenções govern. a realizar (nota 13).....	5.135.949 4.074.796
37.546.205 19.479.617	
Patrimônio Social	
Patrimônio Social (nota 15).....	27.064.849 23.881.582
27.064.849 23.881.582	
TOTAL DO PASSIVO.....	78.261.413 55.655.837

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rede Paulo de Tarso, instituída em conformidade com as disposições legais vigentes, é uma entidade particular sem fins lucrativos, possuidora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, declarada de utilidade pública federal pelo Decreto 97.476, de 25 de janeiro de 1989, com personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade e comarca de Belo Horizonte, mantendo como objetivo o funcionamento das seguintes Unidades de serviços: **Clinica de Transição Paulo de Tarso - Unidade Pampulha**, situada no município de Belo Horizonte/MG com 112 leitos, sendo 68 exclusivos ao SUS, representando 60,71% do total de leitos, e os demais 44 leitos, representando 39,29%, destinados a pacientes conveniados a operadoras de planos de saúde privados e prestação de serviços particulares. **Clinica de Transição Suntor - Unidade Santa Lúcia**: localizada na região Sul de Belo Horizonte/MG, a nova unidade da Clínica de Transição iniciou suas atividades em julho de 2024 e conta com 60 leitos, com o objetivo de proporcionar o equilíbrio econômico-financeiro e operacional do **Instituto de Promoção ao Ensino e Cuidados Inclusivos (IPECI)**, localizado na cidade de Parapoeba/MG, é um projeto social que atende gratuitamente cerca de 206 crianças em situação de vulnerabilidade social, com necessidades especiais e síndromes raras, além de oferecer suporte a suas famílias por meio de ações nas áreas de assistência social, educação e saúde, seguindo o princípio da universalidade do atendimento. São aproximadamente 19.067 atendimentos anuais realizados por equipes de assistência social, educação e saúde. Em 2024, o **Instituto de Promoção ao Ensino e Cuidados Inclusivos (IPECI)**, reforçando seu compromisso institucional com a inclusão, a equidade e a promoção integral da vida.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas e normas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução nº. 1.409/2012 NBC ITG 2002 (R1) de 21/08/2015, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, que trata dos aspectos específicos em "Entidades Sem Finalidade de Lucros".

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Adoção do Regime de Competência para o registro contábil das operações;

b. Os ativos e passivos vencíveis até o término do exercício seguinte estão classificados como circulante e os excedentes a esse prazo como não circulante;

c. Os direitos e as obrigações legais ou contratualmente assumidos, a avaliação monetária ou encargos financeiros são atualizados até a data das demonstrações financeiras;

d. As férias vencidas e proporcionais e seus respectivos encargos são provisionados segundo o Regime de Competência; e. Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, sem exceder o valor de mercado; f. A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração, em determinadas situações, efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem, eventualmente, divergir daqueles estimados; g. Os ativos do imobilizado e do intangível devem ter seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A administração no exercício de 2018 efetuou avaliação patrimonial dos bens do ativo imobilizado por empresa especializada e de acordo com as NBC-TG 27 R3 Ativo Imobilizado; h. Os processos Cíveis ativos referem-se às ações de cobrança perante a Prefeitura Municipal de Coração de Jesus, a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (Santa Casa Saúde), e junto ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); todos tendo na Entidade, o papel de reclamante; i. A Entidade possui processos Cíveis e Trabalhista com contingência para as perdas prováveis envolvendo Passivo Não Circulante e Contas de Resultado; j. Bens classificados como "Destinados à venda", no valor de R\$ 8.340.415 referem-se ao imóvel rural localizado na cidade de Caeté - Fazenda Montalvão. Em fevereiro de 2021 foi efetuada avaliação do bem por intermédio de instituição financeira, e conforme Laudo Técnico realizado por empresa especializada, concluiu que as benfeitorias existentes, bem como do terreno, possuem valor de R\$ 11.310.000.

4. DISPONIBILIDADE DE CAIXA E BANCO

Descrição **31.12.2024** **31.12.2023**

Banco conta movimento e Caixa	178.889	14.496
Aplicações Financeiras	4.718.518	3.077.925
Total - RS 1	4.897.407	3.092.421

Banco conta movimento e Caixa: Representam os valores depositados em contas correntes por clientes e doadores, com liquidez imediata. **Aplicações financeiras**: referem-se aos recursos provenientes de depósitos feitos por clientes, órgãos públicos e doadores, que podem ser resgatados de imediato com liquidez diária.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Descrição **31.12.2024** **31.12.2023**

Aplicações vinculadas a empréstimos bancários	801.734	-
Aplicações vinculadas a convênios	2.887.775	4.755.737
Total - RS 1	3.689.509	4.755.737

Aplicações vinculadas a empréstimos bancários: referem-se a investimentos associados a garantia em contratos de empréstimos com melhores condições de financiamento. **Aplicações vinculadas a convênios**: São recursos recebidos através de convênio e parcerias público-privado ainda não aplicados em projetos de apoio, conforme descritos na nota 12.

6. CLIENTES E CONVÊNIO/VERBAS GOVERNAMENTAIS A RECEBER

a) Clientes - A rubrica Clientes registra o faturamento da Entidade decorrente de atendimentos vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS, às operadoras dos convênios privados e ao regime de contratação particular, além dos outros conta a receber, refletindo em 2024 os valores a receber de clientes da nova unidade Suntor, conforme a seguir:

Descriptivo	31.12.2024	31.12.2023
SUS	1.283.940	1.207.929
Convênios Privados e Particulares.....	4.910.058	2.222.337
Outros Contas a Receber.....	319.352	94.060
Total - RS 1	6.513.350	3.524.326

b) Verbas Governamentais a Receber - A rubrica registra os recursos captados e aprovados junto aos órgãos públicos no exercício de 2024 provenientes de Emendas Parlamentares.

Descriptivo	31.12.2024	31.12.2023
Emendas Parlamentares	1.905.379	1.251.234
Total - RS 1	1.905.379	1.251.234

7. ESTOQUE - Os estoques estão avaliados ao preço médio de aquisição e estão assim demonstrados:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Farmácia	518.399	422.129
Almoxarifado Geral	733.303	432.335
Total - RS 1	1.251.702	854.464

8. IMOBILIZADO - Os bens patrimoniais podem ser assim demonstrados:

Descrição	Taxa (%) anual de depreciação	Exercício findo em: 31.12.2024 31.12.2023
Terrenos	-	6.881.137 6.881.137
Edificações	4%	9.770.974 9.770.974
Benfeitorias em andamento	4%	4.244.443 3.643.753
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	19.058.674
Móveis e Utensílios	10%	3.406.520 2.857.513
Máquinas e Equipamentos	10%	3.251.198 3.077.578
Informática	20%	1.668.577 1.452.014
Veículos	20%	191.100 66.100
Instalações	10%	1.314.125 1.197.677
Imobilização em andamento	10%	8.515.278 8.515.777
Outras Imobilizações	10%	3.500 3.500
Subtotal		56.784.220 37.465.823
Depreciações acumuladas		(7.053.827) (5.748.566)
Total líquido - RS 1		49.751.699 31.717.257

9. INTANGÍVEL

Descrição	Taxa (%) anual de depreciação	31.12.2024 31.12.2023
Software e Sistemas Processam. Dados	20%	1.531.924 1.357.567
Marcas e Patentes	-	16.179 8.222
Amortização acumulada	-	(1.017.768) (780.008)
Total líquido - RS 1		530.335 585.781

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Quadro de Endividamento Financeiro

Circulante				
Instituição	Amor-tização final	Modalidade de empréstimo	Encargos mensais	Saldo devedor 31.12.24
Banco do Brasil	31.12.25	Capital de Giro	CDI + 0,45%	857.143
Credicom	31.12.25	Capital de Giro	CDI + 0,40%	126.341
Credicom	31.12.25	Capital de Giro	CDI + 0,40%	401.989
Credicom	31.12.25	Capital de Giro	CDI + 0,40%	371.102
Banco do Brasil	31.12.25	Investimento	IPCA + 0,45%	90.923
Banco do Brasil	31.12.25	Investimento	IPCA + 0,45%	95.770
Credicom	31.12.25	Investimento	CDI + 0,40%	599.820
Santander	31.12.25	Investimento	CDI + 0,36%	512.727
Santander	31.12.25	Investimento	Pré-Fixado 1,75%	120.877
Caixa Econômica Federal	31.12.25	Capital de Giro	Pré-Fixado 1,22%	182.529
Arrendamento Mercantil - Santander	31.12.25	Investimento	Pré-Fixado 1,37%	231.013
Arrendamento Mercantil - Santander	31.12.25	Investimento	Pré-Fixado 1,33%	112.404
Caixa Econômica Federal	31.12.25	Investimento	Pré-Fixado 1,25%	655.683
Arrendamento Mercantil - HP Financial	31.12.25	Investimento	Pré-Fixado 1,26%	85.136
Banco Aymoré	31.12.25	Investimento	0,00%	41.667
Credimpe	31.12.25	Investimento	1,39% Pré-Fixado	158.835
Banco do Banco do Brasil / BNDES	31.12.25	Investimento	IPCA + 0,45%	184.719
Santander	31.12.25	Investimento	1,75% Pré-Fixado	101.046
Total circulante				4.929.724

Não circulante				
Instituição	Amor-tização final	Modalidade de empréstimo	Encargos mensais	Saldo devedor 31.12.24
Banco do Brasil	20.12.26	Capital de Giro	CDI + 0,45%	1.371.429
Credicom	15.10.26	Capital de Giro	CDI + 0,40%	447.154
Credicom	15.01.30	Investimento	CDI + 0,40%	3.001.217
Credicom	17.09.29	Investimento	CDI + 0,40%	1.641.026
Santander	17.04.29	Investimento	Pré-Fixado 1,75%	1.235.861
Santander	24.07.28	Investimento	CDI + 0,36%	1.329.437
Banco do Brasil	17.12.30	Investimento	IPCA + 0,45%	462.192
Banco do Brasil	15.02.31	Investimento	IPCA + 0,45%	494.811
Arrendamento Mercantil - Santander	06.04.29	Investimento	Pré-Fixado 1,33%	534.602
Arrendamento Mercantil - Santander	23.03.29	Investimento	Pré-Fixado 1,37%	1.074.060
Caixa Econômica Federal	10.05.34	Capital de Giro	Pré-Fixado 1,22%	3.295.242
Caixa Econômica Federal	10.09.30	Investimento	Pré-Fixado 1,25%	6.385.150
Arrendamento Mercantil - HP Financial	22.01.29	Investimento	Pré-Fixado 1,26%	360.043
Credimpe	06.11.30	Investimento	1,39% Pré-Fixado	1.374.693
Santander	28.11.28	Investimento	1,75% Pré-Fixado	900.692
Banco do Banco do Brasil / BNDES	15.12.28	Investimento	IPCA + 0,45%	1.051.664
Total não circulante				24.959.271

Os saldos de empréstimos e financiamentos mantidos em moeda nacional foram destinados para as necessidades de capital de giro e investimentos. No ano de 2024, os recursos captados foram integralmente destinados aos ativos imobilizados do projeto de expansão da nova unidade Suntor, evidenciando o compromisso da instituição com o crescimento e desenvolvimento de suas operações.

11. EMPRÉSTIMO DE MÚTUA

O passivo não circulante inclui empréstimos obtidos na modalidade de contrato de mútuo utilizados para investimento na nova unidade de clínica de transição.

12. CONVÊNIO EM EXECUÇÃO

São recursos recebidos através de convênios e parcerias público-privado ainda não aplicados em projetos de apoio. Referidos convênios possuem caráter não reembolsável desde que aprovadas as correspondentes prestações de contrato. O saldo a aplicar nas datas dos balanços está representado pelos seguintes convênios:

	2024	2023
I) Projeto Parceria Empresa VALE MPT/MG.....	-	33.567
II) Projeto Plataforma Gestão Clínica Funcional do Idoso - FUMID.....	-	6.818
III) Projeto "O Cuidado que Transforma" - FUMID.....	-	180.675
VI) Projeto "De Volta ao Lar" - FUMID.....	-	133.692
VII) Projeto Modernização Instalações IPECI por intermédio MPT-MG.....	729.867	2.323.604
VIII) Projeto "Reabilitação 4.0" - PRONAS PCD.....	2.157.908	2.101.609
Total	RS 2.887.775	RS 4.779.965

13. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A REALIZAR

Nesta rubrica encontra-se apropriado o saldo do passivo diferido da receita a realizar dos recursos recebidos de convênios públicos, destinados para investimentos em aquisição de equipamentos e em obras de infraestrutura, os quais vem sendo reconhecidos como receita na demonstração de resultado à medida em que as despesas de depreciação dos respectivos ativos são reconhecidas, conforme dispõe a ITG 2002 (R1) de 21/08/2015 e NBC-TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Segue abaixo o resumo individualizado das operações:

	Circulante		Não Circulante	
	2024	2023	2024	202



REDE PAULO DE TARSO
cuidados continuados integrados



PAULO DE TARSO
clínica de transição



SUNTOR
clínica de transição



IPECI
Instituto de Promoção ao Ensino e Cidades Inclusivas

REDE PAULO DE TARSO - CNPJ: 17.226.044/0001-37

tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor”. Somos independentes em relação à **REDE PAULO DE TARSO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais

deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Belo Horizonte, 08 de abril de 2025.

AUDSERVICE - AUDITORES ASSOCIADOS S.S.
CRC-01-MG-4553 - O
Alexandre Oliveira Chagas
Auditor Responsável - CRC-MG-075751/ O-7
Fernanda Fízzola Mattos de Santos
Auditora Responsável - CRC-MG-113.796/O-0

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL
O Conselho Fiscal da Rede Paulo de Tarso, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar o relatório da Diretoria e os demonstrativos financeiros-contábeis, que refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Rede Paulo de Tarso, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, verificando estar tudo em ordem, e de parecer que as contas a serem submetidas à Assembleia Geral Ordinária merecem ampla aprovação pelos senhores Sócios Colaboradores, Efetivos e Benemérito. Belo Horizonte, 11 de abril de 2025.

Raymundo Carabetti - CRC-MG: 8.298
Antônio Carlos de Andrade - RG: MG-2.533.627
Edson Geraldo Pena - RG: M-5.324.292

Pág. 02/02

“Só bom frio antes do Dia das Mães para deslancar”

% VESTUÁRIO Declaração é do vice-presidente do Sindimalhas, Gilberto Mairinques; lojistas não compraram coleção de outono-inverno este ano porque estoques estão cheios desde 2024

JULIANA SODRÉ

O outono, que começou no dia 20 de março, ainda não registrou temperaturas mais amenas, pelo menos em Belo Horizonte. Por isso, o setor de vestuário ainda não registrou alta nas vendas para começar a desovar os estoques da moda outono-inverno. As temperaturas só começaram a cair um pouco nesta última semana na capital mineira.

A expectativa do vice-presidente do Sindicato das Indústrias Têxteis de Malhas e de Curtimento de Couros e Peles de Minas Gerais (Sindimalhas), Gilberto Mairinques, é uma só: “Precisamos de um bom frio antes do Dia das Mães para o mercado deslancar”. Tanto ele quanto o presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Divinópolis (Sindivest), Mauro Célio de Melo Júnior, esperam mais pela queda das temperaturas para que as vendas aumentem.

Conforme Mauro Júnior, as vendas este ano para os lojistas visando o inverno foram cerca de 30% menores em um dos mais importantes polo de modas do Estado devido à alta concentração de indústrias de confecção e têxtil – a concorrência aumentou este ano. Além da falta de frio durante o mês de março e até nos últimos dias, o empresário atribuiu à inflação o mau desempenho. “Os preços dos produtos subiram muito, as pessoas acabam priorizando comida e remédios. Roupas, só se o inverno vier mesmo, senão elas usam o que já têm”, afirma.

O presidente do Sindimalhas, Gilberto Mairinques, explica que a falta de frio do ano passado fez com que os lojistas não renovassem seus estoques para 2025. “Eles já estão abastecidos”, comenta. Segundo ele, a maior dificuldade do setor tem sido a venda para o consumidor final. “Não está tendo absorção

na ponta. Como não teve frio no ano passado, o pessoal está com estoque e isso tirou cerca de 20% da demanda durante o período de compra e abastecimento para esse próximo inverno agora”, analisa.

Mairinques explica que os comerciantes costumam fazer uma compra entre janeiro e fevereiro para a estação mais fria do ano e depois é retomada em maio. “Se der mais frio, muda o rumo da nossa história”, diz.

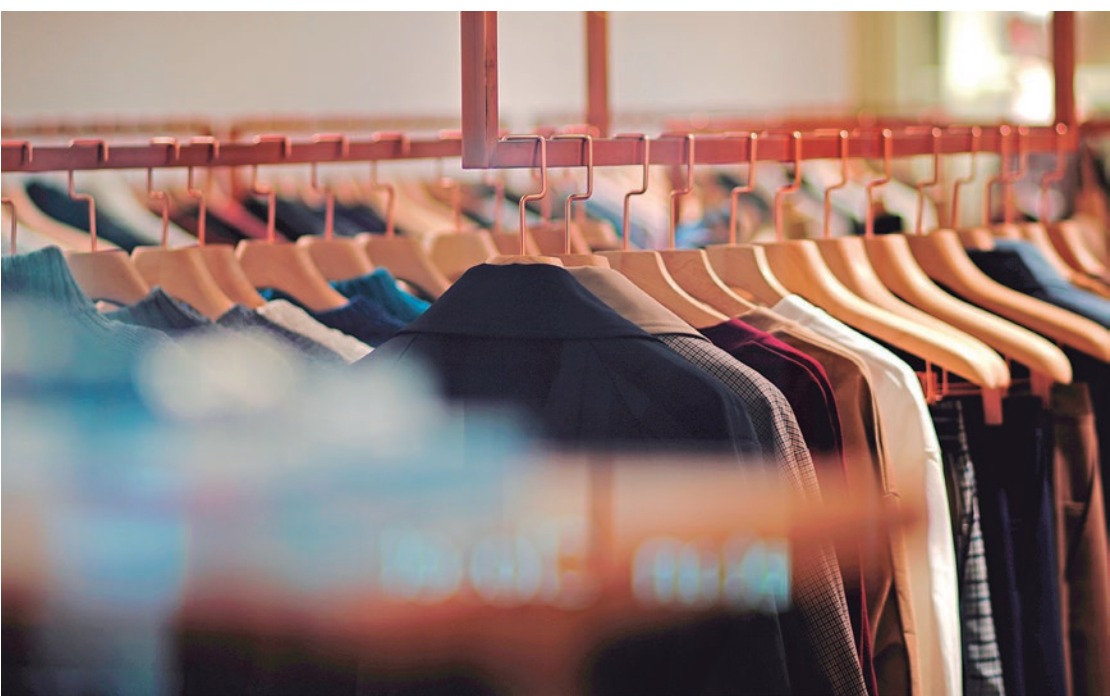
Em São Paulo a trabalho, o presidente do Sindimalhas exemplifica que o frio vivenciado na capital paulista há cerca de duas semanas já movimentou o comércio. “O setor é muito sensível às questões ambientais. Um bom frio agora mudará o rumo das nossas vendas”, acredita.

Cenário econômico - Conforme os empresários, as incertezas do cenário econômico também afetam o setor. “A guerra comercial, as altas taxas de juros e os preços enfraquecem o fluxo de caixa dos nossos clientes e tudo isso pode afetar até as compras do verão”, ressalta Mairinques.

A maior preocupação de Mauro Júnior, do Sindivest, nesse quesito é a guerra comercial entre China e Estados Unidos. “Se a China não conseguir vender nos Estados Unidos, pode encher muito o nosso mercado de roupas chinesas”, analisa ele.

Há tempos o setor da moda trava uma concorrência, considerada até desleal pelo setor, com os produtos importados. Tal problema ampliou a discussão das taxas impostas nas importações das mercadorias.

A “taxa da blusinha”, como ficou popularmente conhecida, referente à tributação de compras internacionais de até US\$ 50, foi



Vendas da coleção outono-inverno 2025 para lojistas foram cerca de 30% menores este ano FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

“Sindivest também espera mais pela queda das temperaturas para que as vendas de outono-inverno aumentem”

imposta pelo governo brasileiro. A taxaço, que entrou em vigor em agosto de 2024, prevê o pagamento de 20% de Imposto de Importação sobre o valor da compra, acrescido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que pode variar entre 17% e 20% dependendo do estado.

“A taxaço ajudou bastante, mas ainda consideramos baixa. Ela tinha que ser mais alta. Se não fosse esta ação, o cenário era ainda pior”, afirma Mauro Júnior. %



Mairinques, do Sindimalhas: lojistas estão abastecidos com coleção do ano passado FOTO: ARQUIVO PESSOAL / GILBERTO MAIRINQUES

% ENERGIA

Consumidor industrial pode ter alta de até 200% na CDE

Brasília - Os grandes consumidores de energia elétrica, especialmente os industriais do mercado livre, poderão ter um acréscimo entre 80% e 200% no valor pago de Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) até 2038, a depender do cenário, com os efeitos do texto da reforma do setor elétrico encaminhada à Casa Civil. Os dados estão em balanço divulgado na sexta-feira (25) pela Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace Energia).

A projeção considera especificamente o aumento das cotas unitárias de “CDE-Uso”. Os consumidores da alta tensão teriam uma alta de R\$ 30,02 por MWh em 2025 para R\$ 90,78 por MWh em 2038, no Norte e Nordeste. Já para o Sudeste e Sul, a elevação seria de R\$ 51,63 para R\$ 90,78 por MWh, de acordo com o mesmo intervalo de tempo. Essa alta seria resultado, segundo a entidade, do aumento de custos com a saída de consumidores no rateio da CDE, bem como a partir do montante relativo aos novos subsídios para os consumidores de baixa renda, por exemplo.

O MME quer gratuidade no consumo

mensal de até 80 kWh para famílias beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica. Já quem se enquadra na Tarifa Social e consome mais do que 80 kWh por mês pagaria somente o adicional. Ou seja, o consumidor na faixa de 100 kWh, por exemplo, pagaria só por 20 kWh de consumo, com isenção no pagamento da CDE. Assim, seriam 17 milhões de famílias beneficiadas, ou cerca de 60 milhões de pessoas.

“Considerando que, em 2025, com o desenho atual, o valor destinado pela CDE à TSEE deve ser de R\$ 6,7 bilhões, estima-se que, com as novas regras, apenas este item da CDE, atinja R\$ 10,3 bilhões por ano”, declarou.

A segunda previsão atinge o grupo com renda um pouco maior do que meio salário mínimo per capita. A ideia é isenção no pagamento da CDE para o consumo mensal de até 120 kWh, especificamente para famílias de renda per capita entre meio e um salário mínimo. O chamado “Desconto Social de Energia Elétrica” pode atingir 21 milhões de famílias ou cerca de 55 milhões de pessoas. Na soma dessas duas propostas seriam 115 milhões

de pessoas beneficiadas em potencial - que pode não ser atingido em função de problemas operacionais.

A proposta do Ministério também inclui os consumidores livres no rateio de custos como Angra 1 e 2 e de um novo encargo destinado a compensar custos com a chamada sobrecontratação (sobra de energia) que poderá ocorrer com a ampliação do mercado livre.

Cenário preocupante - A Abrace Energia aponta para um cenário “alarmante” para a competitividade da energia na produção nacional se essas medidas forem somadas à tendência de derrubada dos vetos do na Lei das eólicas *offshore*, por exemplo. “Se a proposta apresentada pelo MME for aprovada, os consumidores atendidos em alta tensão, ou seja, majoritariamente consumidores industriais, passarão a arcar com um custo de CDE proporcionalmente muito maior”, diz o grupo.

No longo prazo, pela proposta do MME, a ideia é acabar com os descontos para fontes incentivadas no uso da rede, especificamente os descontos no pagamento da Tarifa de Uso

do Sistema de Transmissão e na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição. A medida não tem efeito retroativo e não afeta os descontos para os geradores de fontes incentivadas.

Na prática, uma empresa consumidora no mercado livre, quando firmar um novo contrato para a compra de energia renovável, não terá mais direito a esse desconto. O benefício só valerá para os contratos previamente acordados antes da publicação do texto, independentemente do tempo de contrato, que pode ser 1 ou 5 anos, por exemplo.

A Abrace aponta preocupação neste ponto. “Embora seja um passo na busca por reduzir os custos da CDE, há risco de a proposta desencadear uma corrida para registro de contratos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o que poderá manter os descontos existentes ainda por um longo período, sem a desejada consequência de redução em um horizonte razoável”, declarou o grupo. A Abrace Energia diz que está dialogando com o governo sobre a reforma do setor elétrico e apresentará sugestões de aperfeiçoamento. **(Estadão Conteúdo) %**